



BRASIL-EUA

Tarifas, enfim, na mesa de negociação

Mauro Vieira e secretário de Estado americano, Marco Rubio, reúnem-se hoje, em Washington, para discutir taxas impostas a produtos brasileiros. Lula mostra confiança em uma virada diplomática. Segundo ele, “pintou uma indústria petroquímica” com Trump

» VICTOR CORREIA

O chanceler Mauro Vieira e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, reúnem-se hoje em Washington para negociar a aplicação de tarifas contra produtos brasileiros. A data foi confirmada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vieira está na capital americana desde segunda-feira para o encontro, marcada na semana passada durante ligação de 15 minutos entre os dois ministros. A reunião é considerada preparatória para uma bilateral entre Lula e o presidente norte-americano, Donald Trump, prevista para o fim do mês, durante a Cúpula da Asean, na Malásia, e pode abrir caminho para uma redução das taxas impostas ao Brasil. A negociação entre Vieira e Rubio será o primeiro contato formal entre autoridades de ambos os países desde a conversa entre Lula e Trump. Um dia antes do encontro, porém, autoridades americanas voltaram a disparar críticas contra o Judiciário brasileiro.

“Ele (Trump) me ligou, e eu falei: ‘Presidente, eu queria estabelecer uma conversa sem liturgia. Estou fazendo 80 anos hoje. Você vai fazer 80 anos no dia 14 de julho — porque eu tinha pesquisado. Significa que eu sou oito meses mais velho do que você. Então, vamos nos tratar de você, sem liturgia’. E aí eu comecei a falar o que eu achava que deveria ter falado. Não pintou uma química, pintou uma indústria petroquímica. Amanhã (hoje) vamos ter a conversa de negociação”, discursou Lula, durante solenidade para a abertura do sistema de solicitação da Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDDB), no Rio de Janeiro (**leia reportagem na página 5**).

O chefe do Executivo fez referência ao breve encontro com Trump durante a Assembleia das Nações Unidas, em setembro. Foi a primeira vez que os dois se falaram. Logo depois, o republicano disse que teve uma “excelente química” com Lula, e anunciou o

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



GRAEME JENNINGS



A reunião entre Vieira e Rubio é considerada preparatória para uma bilateral entre os presidentes dos dois países, prevista para o fim do mês

início das negociações entre EUA e Brasil. Alguns dias depois, os dois líderes conversaram por telefone e combinaram um encontro presencial, ainda não confirmado.

O contato marcou uma virada nas relações diplomáticas, que só se deterioraram após Trump assumir o cargo, no início deste ano. Desde que os Estados Unidos impuseram sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros e sanções contra integrantes do Executivo e do Judiciário, como o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), praticamente não houve contato entre autoridades dos dois países.

Após a conversa entre Lula e Trump, os ânimos esfriaram, e os dois lados pararam de fazer ataques públicos. Até ontem. Em coletiva de imprensa, o representante dos Estados Unidos para Comércio,

Jamieson Greer, afirmou que a sobretaxa imposta “está relacionada com preocupações extremas sobre o Estado de Direito, censura e direitos humanos no Brasil, onde um juiz brasileiro decidiu, por si só, ordenar que empresas dos Estados Unidos se autocensurem, dar a elas ordens secretas, controlar o fluxo de informações; o Estado de Direito em relação aos adversários políticos no Brasil”, frisou Greer. Ao seu lado, o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, acrescentou: “E a detenção ilegal de cidadãos americanos no Brasil”.

Pressão

O objetivo do governo brasileiro é remover as tarifas, ou ao menos aumentar a lista de exceções, que conta com mais de 700 itens. Produtos como o café e a carne

aumentaram consideravelmente de preço no mercado americano após as tarifas, provocando pressão de empresários dos EUA sobre o governo Trump. Já o lado americano pode buscar acordos para a exploração de terras raras e a redução de taxas sobre o etanol dos EUA, por exemplo.

Há expectativa, porém, de que o governo americano pressione o Brasil também em assuntos políticos. Durante reunião na Casa Branca com o presidente da Argentina, Javier Milei, Trump voltou a fazer disparos contra o Brics, bloco que chamou de “um ataque ao dólar”. Nessa linha, os Estados Unidos devem cobrar que o governo brasileiro deixe de lado os planos para a criação de um sistema de comércio independente da moeda norte-americana. O Brasil também descarta qualquer tipo de negociação

que envolva interferências estrangeiras no sistema Judiciário ou em outras instituições, e quer manter as conversas no âmbito comercial.

Rubio foi apontado por Trump como o principal negociador do lado americano. Ele ocupa um cargo equivalente ao de ministro das Relações Exteriores. Já no Brasil, as conversas são lideradas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, por Mauro Vieira e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por sinal, Haddad planejava estar em Washington na semana que vem, onde também tentaria avançar nas negociações. Porém, o titular cancelou a viagem após a derrota do governo com a Medida Provisória (MP) 1.303, alternativa ao aumento do IOF para garantir arrecadação. Havia uma conversa esperada entre o ministro da Fazenda e o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent.



Quando fui falar com Trump, não conhecia ele, a gente estava de mal. Tinha gerado uma química na ONU, 29 segundos. Então, ele me ligou, e eu disse que queria estabelecer uma conversa sem liturgia. Não pintou química, pintou uma indústria petroquímica"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

» PGR em defesa de Moraes

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para rejeitar o prosseguimento, no Brasil, da ação judicial movida nos EUA pela rede social Rumble e pela Trump Media contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF. O STJ havia recebido, em agosto, uma notificação da Justiça Federal da Flórida para que Moraes seja intimado a responder à ação. A ação acusa o ministro de violar preceitos da liberdade de expressão nos EUA ao enviar ordens para retirar conteúdo publicado no Rumble e pede que suas decisões sejam consideradas ilegais no país.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula está mais próximo do STF, porém estressa relação com Congresso

“Eu sou muito contra as pessoas falarem mal dos outros pela frente. Eu acho que é uma falta de educação muito grande. Não é? Falar, falar mal pela frente constrange quem ouve, constrange quem fala. Não custa nada a gente esperar um pouco as pessoas darem as costas”, dizia o escritor, filósofo e dramaturgo paraibano Ariano Suassuna, com ironia, numa palestra antológica, cujo vídeo viralizou nas redes sociais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no mínimo, foi muito deslegante com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao criticar o “baixo nível” do Congresso.

Lula fez a afirmação durante cerimônia, no Rio de Janeiro, de comemoração ao Dia do Professor, celebrado ontem. Ao fazer o comentário sobre o Congresso, com críticas a parlamentares de direita, virou-se para o presidente da Câmara, que estava entre as autoridades presentes no evento, e disparou: “O Hugo (Motta) é presidente desse Congresso, ele sabe que esse Congresso nunca teve a qualidade de baixo nível como tem agora. Aquela

extrema-direita que se elegeu na eleição passada é o que existe de pior”, disse Lula.

Antes das críticas de Lula ao Congresso, o presidente da Câmara discursou no evento, foi vaiado pela plateia e ouviu gritos contra a proposta de anistia a condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Lula se posicionou ao lado do deputado paraibano, em demonstração de apoio a Motta, mas, logo depois, ao falar, fez ataques a políticos de direita. Um deles foi o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está nos Estados Unidos e, na avaliação de Lula, atua contra os interesses do Brasil. O chefe do Executivo conclamou as pessoas que não estão contentes com a atual classe política a ingressarem na vida pública e tentarem mudar o futuro do país.

Ao mesmo tempo em que estressa sua relação com o Congresso, onde o eixo da oposição se deslocou do PL para o Centrão, sobretudo as bancadas do União Brasil e do Progressistas, Lula busca maior aproximação com o Supremo Tribunal Federal (STF). Na véspera, no Palácio da Alvorada, num jantar fora da agenda, que não

era para ter vazado antes de ocorrer, conversou com os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin sobre a indicação do substituto do ministro Luís Roberto Barroso, também presente ao encontro, que anunciou a aposentadoria.

A vaga para ministro da Corte tem dois nomes favoritos: o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o senador e ex-presidente do Congresso Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Correndo por fora, estão a ministra do Planejamento, Simone Tebet; e a presidente do Tribunal Superior Militar (STM), ministra Elizabeth Rocha.

Há também nove juristas negras indicadas pelo Movimento Mulheres Negras Decidem (MND) que disputam essa vaga: Adriana Cruz, juíza titular da 5ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro; Edilene Lobo, ministra do Tribunal Superior Eleitoral; Flávia Martins Carvalho, juíza auxiliar no STF; Karen Luise, juíza do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Livia Casseres, defensora pública e coordenadora-geral de Justiça

Étnico-Racial do Senado; Livia Sant’Ana Vaz, promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia; Sheila de Carvalho, advogada e secretária nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça; Soraia Mendes, jurista, advogada e professora; Vera Lúcia Santana Araújo, ministra substituta do TSE e fundadora da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

Estratégia perigosa

O desafio de Lula é escolher um nome por quem sinta confiança dentro do STF — uma vez que a Corte tem sido cada vez mais decisiva na vida nacional — e, ao mesmo tempo, não desagrade ao Congresso e ao mundo jurídico. Avalia também que não pode queimar pontes e ver seu indicado ser rejeitado no Senado. A Constituição só manda que o escolhido tenha “notável saber jurídico” e reputação ilibada, além de ter mais de 35 anos e menos de 70.

Um passeio pela história serve para reflexão sobre Lula e a maioria conservadora

do Legislativo. É um equívoco imaginar uma aliança entre o Executivo e STF para domar o Congresso. Na década de 1960, as reformas de base eram um conjunto de mudanças de caráter liberal-social, faziam sentido diante das necessidades de modernização do país. Consistiam nas reformas agrária, administrativa, eleitoral, bancária, tributária e constitucional, para viabilizar as demais. João Goulart havia assumido o poder após a renúncia de Jânio e um acordo no qual governaria sob um regime parlamentarista. Em 6 de janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, o regime presidencialista foi restabelecido.

Logo a seguir, sentindo-se fortalecido, Goulart enviou ao Congresso os projetos de reforma agrária e bancária. A reforma agrária, proposta pelo PTB, foi rejeitada pelo Legislativo, que também rechaçou a lei de remessas de lucros proposta por Jango. A maioria no Congresso não aceitava as reformas de base. Jango tentou fazê-las por decreto. Em vez de recuar em ordem, com apoio popular, apostou na radicalização. Foi deposto por um golpe militar em 31 de março de 1964.